

**Educação Antirracista e Representatividade: o jogo “Cara a Cara Antirracista”
como ferramenta pedagógica**

Sarah Regina Soares Machado de Lima

UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, sarah.lima@edu.unirio.br

Resumo:

O texto se baseia num relato de experiência sobre a criação de um jogo intitulado como “Cara a Cara antirracista”, que propõe a criação de dinâmicas antirracistas através da construção de identidade e do sentimento de pertencimento por meio da tecnologia social (o jogo). A ideia surgiu ao notar a ausência destas personalidades nesse meio, tanto na presença quanto na valorização de suas narrativas. Para corroborar, apresento a minha trajetória nos anos escolares onde o debate sobre o papel do negro no Brasil se restringia apenas ao processo de escravização, sem outras possibilidades. Nesse sentido, sugiro a criação do jogo como apoio pedagógico para ser usado tanto dentro quanto fora das salas de aula, mas sempre com o intuito de auxiliar no debate sobre as relações étnico raciais.

Além disso, o projeto também se coloca como uma forma de resistência à lógica neoliberal, tendo em vista que esta ideia influencia a produção de conteúdos tanto culturais quanto educativos. Ao valorizar os saberes e culturas marginalizadas, propondo um modelo crítico e inclusivo de educação, o projeto se coloca contra a visão mercadológica da educação.

Palavras Chave: Antirracismo, Jogo Educativo, Movimento Negro, Lei 10.639/03.

Introdução

Em uma sociedade marcada por desigualdades históricas e pela persistência do racismo, a representatividade nos meios culturais e educativos torna-se um elemento fundamental para conseguir construir um sentimento de pertencimento da população negra. Dentro do universo dos jogos, essa questão se mostra a partir da predominância de narrativas e personagens que pouco conversam sobre as questões étnico raciais.

Além disso, dessa defasagem no universo dos jogos, junto a minha experiência no ensino básico onde tratamento crítico sobre as relações étnico raciais, até chegar ao ensino médio, foi quase escasso. Auxiliada pelas teorias do Movimento Negro, de Abdias do Nascimento e Nilma Lino Gomes sobre o papel da educação antirracista na construção da



sociedade, tento construir caminhos, como uma futura professora de sociologia, para uma educação efetivamente antirracista.

Para tal, trago a experiência de ter criado o jogo “Cara a Cara antirracista” composto apenas por personalidades negras, onde se pretende educar as pessoas que o utilizam sobre as relações étnico-raciais e, além disso, busca trazer certa forma de representatividade, tendo em vista a releitura positivada de pessoas afrodescendentes.

A metodologia do projeto é de caráter qualitativo/ relato de experiência, onde busco realizar um levantamento e fundamentação teórica, através da revisão bibliográfica sobre a educação antirracista, identidade e pertencimento da população negra brasileira. Esta etapa servirá como base conceitual para a construção do jogo. Como ainda é uma pesquisa em andamento, ao final, pretendo avaliar os impactos do jogo na percepção de identidade e pertencimento, além de avaliar suas contribuições para a educação antirracista.

Este artigo tem como objetivo apresentar e justificar a criação do projeto do jogo “Cara a Cara antirracista”, desenvolvido para ser um apoio pedagógico nas aulas, principalmente de sociologia, construindo espaços de debate sobre as relações étnico-raciais se baseando nas ideias de uma educação antirracista dos autores citados acima. Buscando valorizar memórias afro-diaspóricas, o projeto realiza uma interlocução entre o fortalecimento de identidades e o sentimento de pertencimento de pessoas negras.

Desenvolvimento

O Brasil é um país cujas raízes históricas estão profundamente fincadas na discriminação racial desde o início da colonização. Como destaca Gomes (2012), ao dialogar com Quijano (*apud* GOMES, 2012), a ideia moderna de raça não existia antes da invasão europeia às Américas. É nesse processo que a categoria raça surge, inicialmente como uma leitura fenotípica das diferenças entre conquistadores e conquistados e, rapidamente, é reinterpretada como distinções biológicas.

Depois de anos de escravização, a família real se vê pressionada a abolir esse sistema que tanto trazia lucro. Então, em 1888, a digníssima princesa Isabel assina a Lei Áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil, sendo, então, o último país da América Latina a abolir a. Porém, é público e notório que essa abolição, hoje muito chamada de “falsa abolição”, serviu apenas para inglês ver, como já diz o ditado popular. Essas pessoas, agora ex escravizadas,

foram abandonadas à própria sorte, a lei não garantiu direito algum para estas pessoas, não tiveram direito à terra, emprego, a lei não garantiu acesso à educação e nem mesmo direitos civis.

Após esse momento, tem início um projeto de branqueamento da população brasileira. Com forte inspiração no pensamento médico francês e no modelo higienista europeu, a elite intelectual brasileira começou a produzir estudos e pesquisas que buscavam justificar cientificamente o projeto de branqueamento da população, reforçando a crença de que o progresso do país dependeria da alteração gradual de sua composição racial.

Por volta do século XX a ideia de “democracia racial” vai ganhar muita força e começa a ser amplamente difundida, principalmente entre as elites (intelectuais) nacionais. Essa ideia versa sobre a total igualdade entre as raças no Brasil, ou seja, tanto negros, quanto brancos e indígenas viveriam sobre total harmonia, sem que houvesse qualquer tipo de discriminação ou diferenciação entre elas. Portanto, ela afirmava que não existia racismo ou qualquer discriminação racial. Era utilizado como comparativo as relações raciais dos Estados Unidos, por exemplo, onde negros e brancos estavam vivendo sobre o regime de segregação, não podendo ocupar os mesmos espaços nas ruas, nos ônibus ou nas escolas. E, como no Brasil esse regime de separação legalizado não existiu, a ideia de democracia racial pareceu fazer sentido.

Atualmente a referência à ideia do ‘mito da democracia racial’ se dá, pois, entende-se que, no Brasil, ela nunca existiu de verdade. Pessoas de diferentes raças e etnias, viviam e vivem até hoje sob circunstâncias totalmente diferentes e desiguais. Uma grave problemática que acompanha este mito é o fato de ter transformado o racismo, de certa maneira, em um crime “velado”, sendo ainda mais prejudicial, pois, como se luta contra algo que, em tese, não existe?

Esse conceito é alvo de atenção tanto dentro quanto fora do país. Ela ganha tanta força que, internacionalmente, são fomentados estudos e pesquisas para entender como um país com um passado de relações tão violentas poderia, enfim, alcançar uma situação de completa harmonia entre as raças. Não é preciso dizer que ao darem início à estes estudos, a ideia começa a ser desmistificada, porém, é preciso ressaltar o papel fundamental que o Movimento Negro desempenhou naquela época para que esse mito fosse, então, refutado.

Desde seu início, o Movimento Negro apresentava diversas reivindicações e, como uma espécie de “marco inicial” de suas ações, é organizada uma ‘Carta de Princípios’, no ano de

1978. Ela denunciava o racismo e o ‘mito da democracia racial’, convocando a população negra para se unir, além de reivindicar igualdade de direitos e a valorização do(a) negro(a) perante a sociedade. E, uma pauta essencial do Movimento Negro era a reavaliação do papel do negro na história do Brasil.

Segundo Abdias do Nascimento (Nascimento, 2016), a educação precisa ter como foco a conscientização racial, ou seja, a educação precisa estar fundamentada em um projeto antirracista e, para que isso aconteça, é central reavaliar o papel do negro na sociedade buscando, enfim, a sua valorização e não sua degradação. Nessa direção, Gomes (2012) destaca a relevância pedagógica do Teatro Experimental do Negro (TEN – 1944-1968), que se constituiu como um movimento de combate a discriminação racial, à formação dos artistas negros e à valorização da herança africana no Brasil. Para além das apresentações teatrais, o TEN desenvolvia práticas educativas. O grupo alfabetizava seus integrantes, em grande parte trabalhadores pobres, estimulando uma consciência crítica sobre a posição da população negra no país. A autora ainda aponta que o Teatro também publicou o jornal *Quilombo* (1948-1950), cujo o programa defendia ensino gratuito, acesso subvencionado de estudantes negros ao ensino médio e superior, medidas educacionais e culturais contra o racismo e a construção de uma imagem histórica positiva da população negra a (Nascimento, 2004, *apud* Gomes, 2012).

“Quando fundamos o Teatro do Negro, ficou desde logo estabelecido que o espetáculo, a pura representação, seria coisa secundária. O principal, para nós, era a educação, e esclarecimento do povo. Pretendíamos dar ocasião aos negros de alfabetizar-se com conhecimentos gerais sobre história, geografia, matemática, línguas, literatura, e assim por diante.”
(NASCIMENTO, 2014, p. 153)

Abdias do Nascimento tinha uma visão da educação como o meio capaz de libertar a sociedade das mazelas do racismo, isso se ela estivesse pautada no antirracismo. Durante os anos 80 e os seguintes, a educação antirracista não tinha um espaço na educação formal, ficando reservada quase que somente às aulas promovidas pelo Movimento Negro. Porém, em 2003, é sancionada a Lei 10.639 e, segundo o texto contido no parágrafo 1º do Artigo 26-A:

“O conteúdo programático a que se refere o *capcut* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”



A Lei 10.639/03 surge como resultado da árdua luta do Movimento Negro que, ao politizar a raça, evidencia que ela é resultado de relações de poder, confrontando interpretações naturalizadas e negativas sobre pessoas negras, sua cultura, práticas e saberes. Gomes também aponta que o Movimento Negro atua como um processo de formação política, capaz de reeducar e emancipar tanto a sociedade quanto seus próprios participantes. Ele se organiza como um ator coletivo plural, composto por diferentes grupos, organizações e expressões culturais, e produz conhecimentos situados nas lutas concretas contra o racismo.

Tento apresentar um pouco desta trilha do Movimento Negro e a luta pela educação para pautar o meu trabalho, pois, em minha perspectiva, a luta de Abdias e do próprio Movimento pela educação gera um fruto muito importante que é a Lei 10.639/03. É por meio desta que se faz obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira nos espaços formais de educação, o que me leva a refletir as maneiras de aplicar, na prática, essa educação antirracista.

Com o neoliberalismo se consolidando no Brasil a partir dos anos 1990, a educação adquire um papel e mercadoria com um foco em produtividade e competitividade. Os currículos escolares começam a ser (re)organizados, priorizando os interesses econômicos e de mercado.

“O que pode ser amplamente observado nas atuais reformas educacionais tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior que visam o esvaziamento do conteúdo científico em detrimento de uma formação pautada em competências e habilidades, voltada para formar um trabalhador que atenda às necessidades do capital, portanto, que seja flexível e dócil, atendendo às imposições e privatizações impostas”(ADAMS; SIQUEIRA; MORADILLO, 2024, p. 12-13)

Nesse sentido, é possível compreender que a falta de representatividade não é um caso isolado, mas está relacionado a um modelo de educação e cultura que é guiado pelo mercado. Então, analisar a ausência de personagens e de narrativas africanas e afro-brasileiras no sistema educacional e nos jogos pode ser entendida a partir dessa lógica que busca privilegiar conteúdos ligados à padrões dominantes, nesse caso, o padrão branco eurocêntrico.

O “Cara a Cara antirracista”, no entanto, ao valorizar a cultura, a identidade e os valores desse povo historicamente marginalizado, se coloca como forma de resistência a essa lógica neoliberal. Propondo uma educação mais crítica e inclusiva, ele se compromete com a



transformação social por meio da educação antirracista, se opondo à mercantilização da educação.

Para Gomes (2021) uma escola antirracista é aquela que está preocupada com o combate, o enfrentamento e a superação do racismo por meio do seu currículo e de suas práticas. A educação antirracista como prática pedagógica é aquela que busca valorizar a história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas através da decolonialidade dos currículos, por exemplo. A lei surge para atender a defasagem que a educação formal brasileira manteve durante as décadas em que esses indivíduos foram excluídos ou subjugados.

Ao citar a educação antirracista, a Lei e a luta do Movimento Negro pela educação começo a refletir sobre o meu período de ensino básico. Contabilizando entre o jardim de infância e o ensino médio, concluo que passei cerca de quinze anos dentro do sistema básico de educação. Algo que me chama a atenção é o fato de, em 2026, eu completar vinte e três anos, do mesmo modo que a Lei 10.639/03. Ressalto aqui a minha idade e a minha própria trajetória, pois, mesmo estando durante todo esse tempo na escola, posso afirmar que o meu acesso ao conteúdo proposto pela Lei foi quase escasso. Entre o jardim e o quinto ano estive na mesma escola e, nem ao menos comemorávamos o 20 de novembro, nem sequer um dia. Nesta escola o papel que da população africana e afro-brasileira estava restrito aos livros arcaicos de história, ou aos livros paradidáticos de Monteiro Lobato, não havia (re)visão crítica do conteúdo.

A partir do sexto ano, já em outra instituição de ensino, a data começa a ser lembrada, porém, restrita somente ao mês de novembro. Mais adiante, já no ensino médio, especificamente no segundo ano, tenho o meu primeiro contato com o que conheço hoje como uma educação antirracista. Para mim, a prática da educação antirracista era algo totalmente novo, pois eu já havia normalizado o lugar subalterno que a história propunha à população negra. Neste mesmo ano, conheci minha primeira professora negra e, além disso, foi minha primeira professora a me levar à reflexão do papel do negro na sociedade de maneira crítica.

Suas aulas eram lugar de debate, em um dos nossos primeiros encontros ela nos apresentou ao livro “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro. De forma sucinta, conhecemos a obra e seu debate, nosso dever era ler um trecho do livro e usá-lo como referência para a construção da nossa redação para a próxima aula. Em outra aula, a professora trouxe um vídeo de uma batalha feminina de poesia que aconteceu no Rio de Janeiro e nós deveríamos utilizar aquele vídeo como uma das nossas referências na redação. Além da proposição de temas

extremamente atuais, ela nunca permitia que escrevêssemos sem criticar aquilo que estávamos colocando no papel.

Por mais que suas aulas abordassem temáticas diversas, foi com ela que eu comecei a problematizar as questões étnico raciais e, motivada por suas práticas, encaro o ensino superior por uma ótica diferenciada, que foi moldada por suas aulas. Gomes (2012) mostra que a raça, ao ser entendida como prática e discurso social, ganha novos sentidos nas experiências das pessoas. No contexto brasileiro, o Movimento Negro dá a essa categoria um uso afirmativo, a ressignificando e politizando-a, lhe transformando em ferramenta de compreensão das identidades étnico-raciais e em caminho de emancipação. Ao fazer isso, revisita a própria história do país, cria novas leituras e questiona como o racismo atravessa tanto o Estado quanto a vida cotidiana da população negra. Essa releitura desloca a ideia de raça do campo da inferiorização e a coloca como elemento para ampliar a democracia.

Ao ingressar no ensino superior, na licenciatura em Ciências Sociais, acompanhada pela bagagem do ensino médio, entendo que quero me aprofundar no debate sobre as relações ético raciais de maneira crítica. Então, em meu segundo ano de graduação, me inscrevo e logo em seguida, sou aprovada em um projeto de Iniciação Artística e Cultural intitulado “Memória e resistência no Instituto Pretos Novos: empoderamento como forma de cura” na UNIRIO.

Durante o ano de 2023 eu estive como bolsista deste projeto, onde tive meu primeiro contato mais profundo com as discussões sobre questões raciais dentro da Universidade. Porém, o projeto tinha uma proposta voltada para exposições digitais, uma vez que a professora coordenadora e todos os outros bolsistas eram da museologia. Então, começo a me questionar como poderia utilizar aquele espaço e aquele tema para me aproximar do assunto e unir com o meu curso de licenciatura e, nessa perspectiva tenho a ideia de criar um jogo antirracista. Segundo Johan Huizinga, os jogos são um elemento cultural inato ao homem, ao mesmo tempo, são parte essencial da vida e são igualmente necessários para a sua evolução.

“O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana.””
(HUIZINGA, 2000, p. 33)

O projeto do jogo, genericamente chamado de “Cara a Cara antirracista”, propõe a criação de dinâmicas que mobilizem memórias afrodíaspóricas como forma de construção de identidade e sentimento de pertencimento através da tecnologia social. A ideia de criar um jogo surgiu pela identificação da falta de representatividade de pessoas negras neste universo, ao longo de toda a minha vida nunca tive acesso a qualquer jogo que o(os) personagem(ns) fossem negros ou representassem alguma narrativa africana ou afro-brasileira.

“A tecnologia social é, portanto, qualquer técnica, método ou produto surgido da interação entre os conhecimentos popular e científico e que, aplicado a uma determinada situação, traga soluções efetivas para um grupo de pessoas ou comunidades”.(Tecnologia Social: definição e histórico, Câmara Legislativa)¹

Pude notar o quanto os jogos analógicos podem ser um aliado nas aulas, aqui, especificamente nas aulas de sociologia. Eles são capazes de facilitar o aprendizado, geram engajamento dos alunos envolvidos, auxiliam no trabalho em grupo, entre outras habilidades. Tendo em vista essa significância dos jogos, surge a dúvida sobre como poderia utilizar jogos analógicos para a criação de debates e reflexões a respeito das questões étnico raciais, ou então, como seria a utilização de jogos analógicos afrocentrados.

O jogo conta com vinte personalidades negras, femininas e masculinas, do Brasil e do mundo, pessoas negras reais que atuam nas mais diferentes áreas. Dentre essas personalidades estão o ator e ex-senador Abdias do Nascimento, a socióloga Mariele Franco, Esperança Garcia, Viola Davis, Daniel Kaluuya, entre outros. Assim, a atividade pretende gerar espaços para debates e análises sobre o racismo e sobre o antirracismo, uma vez que estamos imersos numa sociedade que busca excluir pessoas pretas e, além disso, o jogo se coloca como um meio de defesa e preservação da identidade africana e afro-brasileira. Nesse sentido, o jogo propõe a quebra de estereótipos, mostrando que pessoas negras não devem ter as suas imagens “marginalizadas”, um dos estereótipos que busco combater com a aplicação do mesmo. Isso é feito ao identificar e divulgar a possibilidade de uma pessoa negra ser artista mundial, por

¹ Fonte: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/344102-tecnologia-social-definicao-e-historico-1053/#:~:text=A%20tecnologia%20social%20%C3%A9%20portanto,grupo%20de%20pessoas%20ou%20comunidades.>

exemplo, como foi o caso de Michael Jackson, atores, atrizes como Lázaro Ramos ou Halle Baile, ou então, líderes mundiais.

Após a criação do jogo tive a oportunidade de aplicá-lo algumas vezes, em diferentes lugares com diferentes pessoas, para observar como seria sua receptividade. Estive com o jogo na Semana de Integração Acadêmica (SIA-2023) da UNIRIO e, após esta apresentação fui convidada para levá-lo para a Feira de Ciência e Tecnologia promovida pela Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, em 2024, fui aceita com o jogo no edital dos Jovens Cientistas Cariocas, iniciativa também promovida pela Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, tive a oportunidade de aplicá-lo em sala de aula, nas escolas onde estive como estagiária. Algumas reações e relatos me chamaram a atenção, como a de uma senhora que o jogou na feira de Ciência e Tecnologia. Após a partida eu sempre questiono as pessoas sobre as impressões que elas tiveram do jogo, algumas, inclusive, eu nem ao menos preciso perguntar. Mas, esta senhora em específico relatou o quanto ela estava se sentindo feliz por ver pessoas negras em um jogo e, ao mesmo tempo, de ver uma pessoa tão jovem preocupada com este tipo de questão. Ainda durante a nossa troca, ela relatou ter conhecido em vida algumas das pessoas que estavam representadas no jogo, ficando emocionada e alegre de encontrá-las e poder ver suas trajetórias sendo lembradas ainda hoje.

Uma segunda experiência que me marcou foi durante a aplicação do jogo em uma das escolas que estive, especificamente em uma escola Estadual do Rio. Neste dia os alunos, todos adolescentes entre seus 14 e 16 anos de idade, se reuniram em duplas para jogar. Foi, sem sombra de dúvidas, o dia em que houve a maior competição para vencer o jogo, porém, mesmo as duplas focadas em vencer, resolvi questioná-las após o fim da partida sobre o que haviam “apreendido” sobre as personalidades as quais estavam fazendo perguntas uns para os outros. E, para minha surpresa, este momento também virou alvo de competição, pois todos queriam mostrar que sabiam mais sobre a vida das personalidades do que os outros. Falavam sobre Carolina Maria de Jesus ter escrito um livro cujo nome demorou a vir, mas, puxando da memória e como um grito de vitória, o aluno completa sua própria frase “QUARTO DE DESPEJO!”

A aplicação do jogo nestes espaços me fez compreender que a sua importância ia muito além daquilo que eu poderia ter previsto. Durante o processo de criação do jogo, eu apenas o

pensava como um aliado para construção de espaços de debate das questões étnico raciais, um material que auxiliasse na luta por uma educação antirracista. Porém, ao aplicá-lo com as pessoas comecei a compreender que ele não estava restrito apenas a este papel o qual eu o havia alocado, pelo contrário, as pessoas foram encontrando significados que eu mesma não imaginava que ele teria. Claro! Ele funcionou como este aliado pedagógico em sala de aula, mas ele também, para além da teoria, fez com que pessoas identificassem figuras que já conheciam, mas que não sabiam nada além do seu nome, trouxe perspectiva de um futuro possível, de pessoas iguais que alcançaram um lugar de prestígio social. Em suma, o jogo trouxe representatividade, um termo amplo e por vezes complexo, mas que mostrou fazer total sentido naqueles momentos.

Os elogios adquiridos foram muito importantes, mas, para além disso, poder acompanhar, ver na prática que o jogo cumpriu com a sua proposta e não se restringiu somente a isto e foi muito além, me fez acreditar que existem caminhos para que essa luta possa seguir adiante. Analisar que pessoas entre 14 e 60 anos se enxergaram como parte do jogo e puderam aprender melhor sobre uma parte da história que nos compõe hoje me fez acreditar que, como futura professora, estou no caminho para dar continuidade à luta defendida por Abdias, pelo Movimento Negro, por Gomes, pela minha professora do ensino médio e de tantos outros educadores e educadoras negras.

Conclusão

Sendo assim, concluo que há uma falta significativa de representatividade de pessoas negras no universo dos jogos o que influencia diretamente na forma como sujeitos negros percebem e constroem suas identidades e pertencimento.

Diante disso, o projeto do “Cara a Cara antirracista” surge como uma resposta a essa ausência, sugerindo o uso de uma tecnologia social, no caso, o jogo, como ferramenta educativa e cultural. A iniciativa pretende dar conta desta ausência, mas também busca valorizar memórias afro diaspóricas, fortalecer identidades negras e promover uma educação antirracista por meio da experiência lúdica. O texto mostra a importância de criar espaços e ferramentas que sejam capazes de ampliar a representatividade e, ao mesmo tempo, que possam contribuir para a construção de narrativas mais diversas e inclusivas.



Referências Bibliográficas:

NASCIMENTO, Elisa L. Abdias Nascimento: grandes vultos que honraram o senado. Brasília: Senado Federal, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394... Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 27 mar. 2026

Maria Farinha Filmes. Por Uma Educação Antirracista | EP1: Representatividades e imaginários, Youtube. 6:33min. 17 de novembro de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/o2E2TbiCRU0> Acesso em: 28 mar. 2026.

ADAMS, Andréia; SIQUEIRA, Maria; MORADILLO, Edilene. O neoliberalismo e suas influências sobre a educação brasileira. *Revista Cocar*, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9707/4151>.

FRPED

